

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FELIPE DE ASSIS MELLO

**Mineração e Semi-Nomadismo na Mongólia: Uma Perspectiva Através da
Mobilidade do Trabalho**

São Paulo

2025

FELIPE DE ASSIS MELLO

Mineração e Semi-Nomadismo na Mongólia: Uma Perspectiva Através da
Mobilidade do Trabalho

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida
Toledo

São Paulo

2025

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que, em alguma instância, tornaram mais suave e abrillhantaram a tortuosa caminhada que foram os anos de graduação e da vida, de modo geral. Tudo que sou hoje, dedico inteiramente a vocês, que têm a minha eterna e mais sincera gratidão. Se sou alguém melhor, hoje, o resultado disso recai, absolutamente, sobre o ombro de vocês. Espero um dia poder retornar todo o bem que me fizeram, mas aproveito para deixar marcado neste documento, de suma importância para mim, o amor inesgotável que tenho por cada um de vocês. Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo, por ter dado a oportunidade e suporte para a realização do presente trabalho, cuja realização e desenvolvimento seriam impossíveis sem seu acolhimento.

"Nunca subestime o poder do movimento e de uma vida ativa – é assim que heróis nascem todos os dias." (Sportacus, adaptado)

RESUMO

MELLO, F. de A. *Mineração e Semi-Nomadismo na Mongólia: Uma Perspectiva Através da Mobilidade do Trabalho*. 2025. 47 f. Tese de Graduação Individual (Bacharel) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

O presente trabalho pretende abordar as interações entre mineração e semi-nomadismo na Mongólia, utilizando-se do conceito de Mobilidade do Trabalho de Gaudemar como elemento central para a análise. Através de uma análise qualitativa, busca-se investigar os impactos das transformações econômicas no contexto pós-socialista na marginalização das populações semi-nômades e no uso da terra. O estudo busca discutir, também, como a economia mongol, marcada pela dependência do extrativismo e do capital estrangeiro, reflete a lógica do capitalismo periférico, evidenciada pela concentração desigual dos lucros e pela integração subordinada ao sistema capitalista global. Com base em revisão bibliográfica sobre o tema, a pesquisa também visa fomentar reflexões sobre as repercussões de políticas públicas voltadas para o capital nos âmbitos social, ambiental e econômico.

Palavras-chave: Migração; Mineração; Mongólia; Mobilidade do Trabalho; Semi-Nomadismo; Geografia do Trabalho; Geografia Humana.

ABSTRACT

MELLO, F. de A. *Mining and Semi-Nomadism in Mongolia: A Perspective Through Labor Mobility*. 2025. 47 p. Individual Graduation Thesis (Bachelor) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

This study aims to address the interactions between mining and semi-nomadism in Mongolia, using Gaudemar's concept of Labor Mobility as the central element of analysis. Through a qualitative analysis, the research seeks to investigate the impacts of economic transformations in the post-socialist context on the marginalization of semi-nomadic populations and land use. The study also aims to discuss how the Mongolian economy, characterized by dependence on extractivism and foreign capital, reflects the logic of peripheral capitalism, evidenced by the unequal concentration of profits and the subordinate integration into the global capitalist system. Based on a literature review on the topic, the research also seeks to encourage reflections on the social, environmental, and economic repercussions of public policies aimed at capital.

Keywords: Migration; Mining; Mongolia; Labor Mobility; Semi-Nomadism; Labor Geography; Human Geography.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. PANORAMA HISTÓRICO DO NOMADISMO NA MONGÓLIA..... | 11 |
| 2.1 Império mongol e início da teocracia mongol (1206-1690)..... | 12 |
| 2.2 Período de dominação colonial Manchu (1691-1911)..... | 13 |
| 2.3 Período inicial da Era Socialista (1924-1959)..... | 15 |
| 2.4 Período Coletivista (1960-1990)..... | 16 |
| 3. DA MINERAÇÃO NA MONGÓLIA SOCIALISTA À TRANSIÇÃO ECONÔMICA..... | 19 |
| 3.1 Mineração na Mongólia Socialista..... | 19 |
| 3.2 Transição econômica e suas mudanças de dinâmica no semi-nomadismo e na política de terras..... | 21 |
| 4. A MINERAÇÃO NA MONGÓLIA PÓS-SOCIALISTA..... | 28 |
| 4.1 Fomento e Dependência ao Capital Estrangeiro..... | 29 |
| 4.2 Volatilidade da economia..... | 33 |
| 5. ABORDAGEM FRAGMENTADA E APROXIMADA DAS REPERCUSSÕES AMBIENTAIS DO SETOR MINERADOR NA MONGÓLIA..... | 35 |
| 6. FLUXOS MIGRATÓRIOS RURAIS-URBANOS E A MOBILIDADE DO TRABALHO..... | 38 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 43 |

1. INTRODUÇÃO

O nomadismo pastoral na Mongólia¹, profundamente enraizado na cultura e na história do país, enfrenta hoje desafios significativos, impulsionados pelas dinâmicas da exploração mineral e pelas transformações econômicas globais. Durante séculos, os semi-nômades moldaram uma relação harmoniosa com as vastas estepes mongóis, sendo “harmonia” utilizada com base na “mobilidade do ecumeno” de Sorre² (1984), equilibrando a subsistência humana com a sustentabilidade ambiental. No entanto, a transição da economia planificada socialista para o modelo de mercado trouxe consigo uma série de rupturas sociais, culturais e ecológicas que questionam a viabilidade dessa prática milenar no contexto contemporâneo.

Esta tese busca explorar as interseções entre mineração, nomadismo e o conceito de Mobilidade do Trabalho de Gaudemar (1977), lançando luz sobre as transformações que essas atividades provocaram nas estruturas territoriais e sociais do país. A análise recorre a uma pesquisa exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica, com fontes primárias e secundárias publicadas até 2024. A metodologia empregada, baseada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitiu organizar e interpretar os dados de forma sistemática, identificando categorias emergentes que elucidam as complexidades dessa interação. A pesquisa se propõe a desvendar como a mineração, enquanto força motriz da economia do Estado nacional, impacta as populações semi-nômades, seja pela apropriação de terras tradicionalmente utilizadas para o pastoreio, seja pela introdução de novas formas de organização do trabalho que desestruturam práticas culturais e modos de vida consolidados. Essas transformações podem ser analisadas à luz de Gaudemar (1977), onde o autor discute como as mudanças nos modos de produção

¹ Uma unidade política com fronteiras definidas localizada na Ásia Central, entre a Rússia ao Norte e a China ao Sul. A região abrange vastas estepes, desertos e montanhas que moldam a interação entre as populações locais e o ambiente. Como complexo geográfico, a Mongólia reflete uma relação dinâmica entre a sociedade e o território, marcada por práticas culturais como o nomadismo.

² O conceito de “mobilidade do ecumeno”, conforme elaborado por Max Sorre (1984), refere-se à capacidade de certas sociedades de estabelecerem um equilíbrio dinâmico entre seus modos de vida e os elementos do meio ambiente, criando um habitat estável e duradouro. Nesse contexto, as estepes mongóis constituem um exemplo de ecumeno, um complexo geográfico que se reproduziu por séculos de forma harmônica. Em contrapartida, a transição para o modelo de mercado trouxe a “mobilidade do trabalho” (GAUDEMAR, 1977), característica do domínio do capital, onde terra, trabalho e capital – considerados meios de produção fundamentais, sejam produzidos ou não – são subordinados a uma lógica de exploração que desestabiliza o equilíbrio geográfico e ecológico.

promovidas pelo capital tendem a separar os sujeitos dos meios de produção, resultando na expropriação e na dependência direta do capital. No caso das populações semi-nômades, essa separação se manifesta na perda do controle sobre a terra, sua principal base de subsistência, bem como na adaptação forçada a uma lógica econômica que subordina os modos de vida tradicionais às exigências do mercado. A investigação busca ainda refletir sobre os desafios da preservação ambiental diante do modelo extrativista vigente, que, ao priorizar o lucro, compromete não apenas os recursos naturais, mas também a identidade cultural de uma população historicamente resiliente.

A pesquisa se propõe a investigar as relações entre mineração e nomadismo, considerando os nômades como uma população historicamente marginalizada, mas ao mesmo tempo um referencial fundamental da relação do grupo social com seu território. Essa interseção oferece um exemplo paradigmático para compreender o desenrolar do processo de integração da Mongólia ao capitalismo periférico, caracterizado por uma economia dependente do extrativismo de recursos naturais e da atração de capital estrangeiro. Nesse contexto, a mobilidade do trabalho passa a refletir não apenas as pressões de exploração local, mas também a inserção subordinada do país no sistema capitalista global, em que as dinâmicas territoriais e laborais respondem prioritariamente às demandas do capital internacional, em detrimento da preservação cultural, social e ambiental, marcando um rompimento da reprodução do habitat nesse complexo geográfico.

Na análise das interações entre nomadismo e território, a noção de equilíbrio, frequentemente evocada pela ecologia humana, demanda uma abordagem crítica. O conceito de mobilidade do ecumeno, como elaborado por Sorre (1984), é útil para entender o dinamismo das populações semi-nômades, mas sua aplicação corre o risco de abstrair a complexidade das relações sociais e territoriais. A axiomatização moderna do equilíbrio, ao tentar universalizar movimentos sobre o espaço, resulta em uma fetichização da posição moderna que desconsidera as especificidades históricas e culturais dos contextos analisados. Assim, é preciso ir além dessas generalizações, reconhecendo que a mobilidade dos pastores mongóis não se restringe a leis ecológicas, mas reflete as contradições estruturais do

sistema-mundo, especialmente quando analisada à luz das transformações impostas pelo capital.

Esta tese estrutura-se de forma a articular as diversas dimensões do impacto da mineração na Mongólia, com especial atenção à expropriação dos pastores semi-nômades e às transformações no uso do território. Inicialmente, é apresentado um panorama histórico do nomadismo mongol, evidenciando como as práticas tradicionais se entrelaçam com a organização social e econômica do país. Em seguida, a análise recai sobre os impactos do socialismo, detalhando como a coletivização reconfigurou as dinâmicas territoriais e a mobilidade do trabalho. O foco desloca-se, então, para o período pós-socialista, com uma discussão aprofundada sobre a expansão do setor minerador, sua dependência do capital estrangeiro e suas consequências econômicas, sociais e ambientais. Finalmente, são examinados os fluxos migratórios e a fragmentação do complexo geográfico que sustentava o pastoreio, relacionando essas mudanças à marginalização das populações nômades e à consolidação de uma economia subordinada à lógica do capital global. Ao longo do texto, busca-se demonstrar como o Estado, em diferentes períodos históricos, atuou como agente de expropriação, contribuindo para a fragmentação de práticas territoriais sustentáveis e a integração desigual da Mongólia ao sistema-mundo capitalista.

2. PANORAMA HISTÓRICO DO NOMADISMO NA MONGÓLIA

Antes de adentrar propriamente no cerne da pesquisa, faz-se imperativo traçar um panorama histórico abrangente do nomadismo pastoril na Mongólia, remontando às suas primeiras manifestações documentadas, que datam do apogeu do Império Mongol sob a liderança de Genghis Khan, um complexo geográfico estruturado por relações de poder e sustentado por um sistema econômico e político diversificado. O nomadismo, como elemento estruturante da sociedade mongol, se intersecciona com dinâmicas políticas, econômicas e culturais que redefiniram o território e sua relação com o ambiente natural em todo seu desenrolar. Ao longo dos séculos, sob a regência de diferentes governantes e sistemas de poder, o nomadismo pastoril foi moldado e adaptado às mudanças históricas, passando por momentos de expansão e retração que refletiam as forças internas e externas que atuavam sobre a Mongólia. Esta trajetória complexa revela como esse modo de vida

foi simultaneamente resiliente e maleável, sobrevivendo a transformações geopolíticas, choques econômicos e processos de modernização, enquanto preservava sua essência como uma forma de subsistência profundamente enraizada na identidade cultural e na interação sustentável com as vastas estepes que caracterizam o país. Assim, entender a evolução histórica do nomadismo pastoril na Mongólia é fundamental para compreender as bases sobre as quais se estruturam os desafios e contradições enfrentados na contemporaneidade, especialmente em face das mudanças impostas pelas dinâmicas globais do capital e da exploração de recursos naturais.

2.1 Império mongol e início da teocracia mongol (1206-1690)

Segundo o livro de Jagchid e Hyer (1979), no qual os autores discorrem sobre a vida nômade na Mongólia até o fim do império Qing, os dois primeiros desenvolvimentos registrados que marcaram a relação dos pastores com determinada porção do território se deram no período do Império Mongol, com Gengis Khan cedendo a seus aliados políticos o controle sobre terras, com uma autoridade suficiente para extrair o trabalho daqueles que nelas residiam, e a cobrança de impostos sobre esses semi-nômades³ (1206–1227). Além da tributação de gado, essencial para as populações semi-nômades, o Império se mantinha por meio da extração de recursos dos territórios conquistados, como tributos em bens, ouro e grãos. A administração e a expansão territorial eram garantidas por um sistema militar altamente organizado e pela integração de elites locais, que contribuíam para a consolidação do poder central. Esse modelo permitia que o Império Mongol administrasse vastas extensões de terra, mantendo a mobilidade como elemento central para a conquista e controle territorial (ALLSEN, 2001). No período da reintrodução e estabelecimento do budismo tibetano em terras mongóis (1586), período esse que foi marcado como o sistema quasi-feudal, com Lamas⁴ detendo determinadas porções do território e controlando o trabalho nele exercido junto a tributos exigidos pelos monastérios, os quais serviam como centro comercial e político. Nesse período, os pastores, na qualidade de servos, se limitavam às

³ Esse grupo segue uma combinação de períodos de deslocamento com momentos de permanência em uma habitação fixa. Nesse estilo de vida, os grupos alternam entre a mobilidade, geralmente para atividades como pastoreio ou comércio, e a residência em um local específico por determinados períodos.

⁴ Monges do sistema budista tibetano que constituíam uma classe aristocrática e religiosa.

áreas de influência dos Lamas, concentrando suas rotas migratórias nessas porções do território. Apesar de todos os pastores estarem a serviço dos monastérios, os Lamas responsáveis por determinadas regiões tinham um rebanho particular, chamado shabinar, que servia como marcador de riqueza e poder.

2.2 Período de dominação colonial Manchu (1691-1911)

O período da dominação colonial Manchu (1691-1911) marcou o seguinte ponto de inflexão na dinâmica do pastoreio semi-nômade: impor um novo ordenamento territorial seguindo as divisões administrativas Manchus, alterando a organização política e social pré-existente, agora com rígidas linhas divisórias e um estrito código de leis colonial. Dividiram os *aimags*⁵ existentes em 100 unidades administrativas-territoriais militares chamadas *khoshuun*, as substituindo como instrumento de divisão e marcador da nova dominação colonial, diminuindo a influência lamaísta no território mongol. Os pastores eram agregados em divisões administrativas chamadas *bag*⁶, que consistiam em um grupo com determinado número de domicílios (50–100 domicílios/famílias) que migravam pelo mesmo *khoshuun*. Porém, a unidade social de maior importância econômica na época era denominada *khot ail*⁷ que consistia em um agrupamento de 2-12 domicílios/famílias que acampavam e migravam juntos, além de dividir as tarefas relacionadas ao rebanho. O *khot ail* servia também como uma rede de segurança para os pastores mais pobres⁸, que podiam se assegurar durante certo período trocando seu trabalho informal por assistências gerais aos pastores mais ricos⁹ (SZYNKIEWICZ 1982, BOLD 1996).

Por volta do século XVII e início do século XVIII, foram promulgadas e codificadas as leis costumeiras relacionadas ao uso da terra na estepe, as quais limitavam quais áreas estavam abertas a uso e quais eram proibidas (e.g. templos e quartéis de príncipes), regulavam o uso de água natural e poços artesianos, assim como regulamentavam as relações de locais de assentamento, sejam quais fossem

⁵ Províncias.

⁶ Em caso de territórios de templo, tem-se o *Otok*, o que marca a pertinência da presença das entidades religiosas na Mongólia, apesar da dominação Manchu.

⁷ Acampamento de pastoreio.

⁸ Em situações de emergência, como secas ou invernos rigorosos (*dzuuds*), os pastores mais pobres eram frequentemente os últimos a migrar devido à falta de transporte ou animais suficientes. Isso os forçava a permanecer em áreas menos produtivas (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999).

⁹ Vale esclarecer que a riqueza era medida, geralmente, pelo tamanho do rebanho particular.

o tamanho dos agrupamentos de migração. Apesar dos pastores ficarem restritos aos respectivos khoshuun, ultrapassagens de tais barreiras eram permitidas em casos de desastres naturais¹⁰ que afetassem a saúde e bem-estar tanto do gado quanto dos pastores, mas só até que as condições naturais se estabilizassem.

Uma vez que a terra dentro dos khoshuun estava organizada sob um controle aristocrático e eclesiástico hierarquizado que servia como base para a chamada “economia pastoral feudal pré-revolucionária Mongol” (VLADIMIRTSOV, 1948). Os ordenamentos de uso de terra entre os khoshuun não eram os mesmos, entretanto, variando os locais de migração dependendo da organização da nobreza e o número de shabinar, porém sempre seguindo as demandas das estações do ano e disponibilidade de recursos naturais, além de respeitar o tempo de crescimento do pasto. Portanto, em todo o período da dominação Manchu sobre a Mongólia, a pecuária extensiva e o pastoreio semi-nômade permaneceram como o principal pilar econômico da região administrativa, tendo diversos agrupamentos de pastores, por vezes independentes e por vezes diretamente ligados à nobreza governamental ou eclesiástica, tendo seus movimentos migratórios definidos, além das necessidades naturais, pelos redimensionamentos territoriais estabelecidos pelo governo central Manchu e decisões feitas pela classe mais abastada representada pela nobreza aristocrática hereditária e eclesiástica.

Em 1911, a Mongólia declarou independência do domínio Manchu após o colapso da dinastia Qing durante a Revolução Xinhai na China. Sob o liderado do VIII Bogd Khan, o país enfrentou intervenção chinesa e ocupação durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1921, com apoio soviético, liderado por Sukhbaatar e Choibalsan, as forças mongóis repeliram as tropas chinesas, declarando formalmente a independência. A partir de 1924, após 3 anos de transição, a Mongólia passou por transformações políticas, tornando-se a República Popular da Mongólia (RPM), com influências soviéticas, incluindo a implementação do socialismo, nacionalizações e coletivizações. E isso marcou o início do seguinte ponto de inflexão sobre o pastoreio semi-nômade mongol.

A mudança significativa ocorre com a ascensão do Estado Nacional, que, sob o nome de República Popular, instaura uma nova legitimidade baseada na

¹⁰ Ou *dzuud*, no idioma mongol. Mais relacionado a verões secos e invernos rigorosos.

igualdade juridificada e em um modelo de coletivização. Diferentemente das dinâmicas anteriores, em que o Estado desempenhava um papel de administrador tributário, o socialismo implementa um planejamento centralizado que subverte as bases tradicionais do pastoreio. Essa transformação não apenas rompe com a autonomia funcional dos pastores, mas também introduz uma lógica estatal que passa a estruturar as relações de trabalho e subsistência de maneira a atender aos objetivos do planejamento governamental, marcando uma transição de um padrão exploratório permissivo para uma intervenção sistemática e profunda.

2.3 Período inicial da Era Socialista (1924-1959)

Por volta de 1925, no novo sistema político, tanto o sistema feudal secular quanto o eclesiástico tinham sido abolidos e a antiga nobreza não podia mais utilizar-se do trabalho forçado obrigatório de outrens, os seus servos, e houve uma nova redivisão do território, substituindo os 100 khoshuun por 300 *sum*¹¹, além da volta da utilização dos aimags.

No início da década de 1930, houve uma tentativa forçada de coletivização da dinâmica pecuária que foi mal vista pela população semi-nômade, com confisco forçado de gado e sedentarização forçada. Visto o claro fracasso de readequação do processo soviético nas circunstâncias mongóis, o governo central adotou medidas de reestruturação gradual que se aproximasse mais da realidade da população rural semi-nômade, introduzindo a coletivização de maneira mais fluida e que resultasse em uma mudança menos abrupta da dinâmica pastoral vista anteriormente. Em 1935, após o confisco do shabinar do último Lama a comandar a Mongólia no período pré-revolução socialista, Bogd Khan, foi-se notado por Simukov (1993) que, apesar do confisco do rebanho e o fim do controle monástico sobre o gado, as migrações feitas no antigo khoshuun, no qual ficava o monastério, se mantiveram essencialmente tão grandes em número quanto eram, evidenciando a autonomia dos pastores que, mesmo que sob direcionamento geral do Lama, já conduziam as migrações e cuidavam de todos os aparatos necessários para a boa reprodução dos rebanhos e seus subprodutos, com as mesmas divisões de agrupamentos, significando que a dinâmica pastoral semi-nômade ia além de um comando centralizado, mas era produto da reprodução social característica daquela

¹¹ Distritos.

região. Com a ausência desse controle central lamaísta, foi-se notado uma diminuição nas distâncias percorridas nas rotas migratórias, além da alteração de algumas rotas para mais adiante dos antigos limites estabelecidos para o shabinar. A mudança na distância percorrida nas rotas era ditada essencialmente pela riqueza do grupo e, portanto, sua capacidade de mobilização do rebanho, dinâmica essa que seria alterada com a entrada dos pastores em coletivos, seguindo políticas governamentais estabelecidas em anos seguintes.

Durante o período de transição, antes da implementação generalizada dos coletivos na década de 1950, o Estado socialista buscou equilibrar o controle central com a preservação de algumas práticas tradicionais. O Estado impôs tributos obrigatórios aos pastores, geralmente na forma de animais ou produtos derivados. Essas contribuições visavam financiar os programas do novo governo e substituir o antigo sistema de arrecadação. O governo central, em 1950, passou a utilizar de impostos e incentivos sociais para alavancar a participação dos semi-nômades na coletivização da dinâmica pecuária. Em 1958, 75% de todos os domicílios/famílias haviam entrado em coletivos, e em março do ano seguinte, 99,3% (ROSENBERG, 1977).

2.4 Período Coletivista (1960-1990)

Ter sido um território historicamente marcado pelo nomadismo pastoral de sua população tornou o processo de submissão ao trabalho — e, portanto, de desterritorialização — bem singular não só no contexto capitalista, mas também no coletivista. E é essencial considerar que, com a ascensão de uma nova forma de sociabilidade, o grande volume de força de trabalho passou a ser reproduzido com base num metabolismo completamente estranhado. Ou seja, a forma de mobilidade foi essencialmente subvertida pelo planejamento de uma direção extremamente centralizada.

Dentro dos coletivos, a organização social tradicional foi substituída por um novo sistema realizado pelo comitê central. Agora a principal unidade social, substituindo o *khot ail*, era o suur, composto por um ou dois domicílios/famílias que migravam e eram responsáveis por um tipo e classe específicos de gado. Os suur eram organizados em brigadas (compostas por 100–200 domicílios/famílias), e de

4–7 brigadas compunham um negdel¹² que delimitava o mesmo território de um sum, estabelecido no início da era socialista. Os pastores dos coletivos eram assalariados e tinham direito a férias remuneradas. A produção era incentivada em um sistema de recompensa e demérito, sendo o demérito a dedução do equivalente do salário ou o confisco do gado pessoal do pastor necessário para bater a meta (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999).

Nesse momento, é patente que a primeira modalidade temporária, a qual é definida por Martins (1986) como arraigada nos ciclos agrícolas, já está em plena decadência. O que poderia ser colocado como um calendário agrícola, como uma segunda modalidade, já tem seus contornos mais delimitados pela produção de excedente do que para o próprio metabolismo local.

Apesar das rotas migratórias continuarem respeitando as necessidades naturais das estações e do pasto, as distâncias percorridas pelos pastores foi severamente diminuída, e os pastos, portanto, menos diversos, que eram mais nutritivos para determinado tipo de gado, visando a produtividade. Foi-se plenamente incentivado pelo governo central o otor: rápidas migrações de certos gados, seja para engorda ou para se afastar de eventos infortúnios; só necessitava de alguns membros de um lar para fazê-lo, portanto, não alterava a estrutura do suur. Ele era promovido durante o período coletivo como estratégia de gado e pasto, para manter os gados bem distribuídos no território, e para incentivar o assentamento do lar. Os coletivos providenciaram caminhões para auxiliar na mudança de um lar para outro acampamento, o que, historicamente, era um problema para pastores não ricos. Dessa maneira, utilizavam caminhões para transportar a residência e os animais eram guiados no chão. Isso demonstra, evidentemente, que eram implementadas também políticas com o intuito de diminuir as desigualdades entre os pastores e facilitar a movimentação pelo território. A Lei do Uso de Terra de 1971 especificou as relações formais pastorais no período coletivo na Mongólia. Seguindo essa lei, toda terra era estatal e era cedida gratuitamente para uso perpétuo a cooperativas agrícolas, coletivos e cidadãos da RPM. Essas terras eram alocadas dentro dos coletivos pelos líderes locais. Mudanças ou novos limites administrativos-territoriais deveriam ser aprovados pelo

¹² Uma espécie de coletivo.

corpo legislativo mongol. Líderes locais definiam o uso da terra em benefício recíproco em casos de desastre. Essas conceções e disputas eram aprovadas e discutidas nos *khural*¹³ de cada nível de grupamento, seja brigada, sum ou aimag (BUTLER, 1982).

Dessa forma, é possível relacionar todo esse processo histórico com a afirmação de Sorre (1984, p. 128) de que o “movimento surge como única realidade, a permanência como ilusão [...]”, mas sem associá-la às prerrogativas de análise desse autor, porque a migração não comporta qualquer abstração de equilíbrio, ainda mais porque a ecologia humana de Sorre jamais poderia esboçar leis para os movimentos das populações semi-nômades. Afinal, o espaço não é um pressuposto e a axiomatização de movimentos sobre ele é o resultado de uma fetichização da posição moderna, a qual tenta se impor sobre as demais.

Como pôde ser observado após o breve panorama, o nomadismo mongol exemplifica uma interação harmônica entre os humanos e o meio ambiente, uma dinâmica de um complexo geográfico que se reproduz pela mobilidade do ecúmeno, como definido por Sorre (1984). Essa mobilidade é evidenciada na capacidade de adaptação dos pastores semi-nômades às condições naturais e sociais, garantindo um equilíbrio dinâmico. No entanto, percebemos que essas interações transcendem a relação homem-meio. O pastoreio itinerante, antes da transição econômica de 1991, não apenas simbolizava uma lógica de subsistência enraizada nos ciclos naturais, mas também operava como elemento central da organização territorial e social da Mongólia, refletindo uma territorialidade que integrava práticas econômicas, culturais e políticas. A transição para a economia de mercado introduziu uma nova lógica territorial que prioriza o lucro sobre as práticas sustentáveis, alterando profundamente a relação entre os sujeitos e a terra (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999). Por fim, é importante reconhecer que a distância analítica imposta por uma abordagem puramente bibliográfica limita nossa capacidade de captar as dimensões cotidianas desse fenômeno, onde se revelam os sujeitos, suas crenças e aspirações. Estudos futuros, apoiados em trabalho de campo, poderiam enriquecer substancialmente essa perspectiva.

¹³ Algo como conselhos.

Entretanto, as profundas transformações políticas e econômicas do último século, intensificadas após a transição para a economia de mercado, romperam essa conexão simbiótica. A lógica sustentável, que outrora orientava a vida semi-nômade, foi gradativamente substituída por práticas voltadas à maximização de lucros, com foco particular na exploração intensiva do setor minerador. Esse novo paradigma, moldado pelas exigências e contradições do capitalismo contemporâneo, provocou não apenas a deterioração do viver de uma parcela importante da população mongol. As consequências são evidentes, como veremos à frente: a gestão sustentável das estepes deu lugar à exploração predatória, e comunidades que antes se autossustentavam de forma equilibrada enfrentam agora a marginalização e o desamparo, vítimas de políticas que priorizam o acúmulo de capital em detrimento da preservação cultural e ambiental, resultando no abandono desse estilo de vida e levando a uma migração última para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de existência. Como pontuou Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho não se restringe apenas ao deslocamento geográfico dos trabalhadores, mas também abrange sua adaptação funcional e temporal, permitindo ao capital explorar a força de trabalho de maneira mais eficaz e lucrativa. Essa ruptura ressalta a complexidade das contradições impostas pelo capital, que, ao desconsiderar as particularidades locais, agrava ainda mais as desigualdades e compromete o futuro de uma população historicamente resiliente.

Passaremos, a seguir, a abordar de maneira mais aprofundada a questão da mineração na Mongólia, explorando sua relação intrincada com as populações semi-nômades, tanto no período anterior quanto posterior à transição econômica de 1991. Essa análise busca desvendar como a mineração, enquanto atividade econômica de grande impacto ambiental e social, transformou-se ao longo do tempo em um elemento central das dinâmicas territoriais do país.

3. DA MINERAÇÃO NA MONGÓLIA SOCIALISTA À TRANSIÇÃO ECONÔMICA

3.1 Mineração na Mongólia Socialista

Como bem pontuam Amartuvshin *et al.* (2021), durante o período socialista, antes de 1991, a mineração na Mongólia foi estruturada como um dos pilares centrais da economia, completamente controlada pelo Estado. Este modelo de

gestão estatal foi baseado em um planejamento centralizado, no qual a mineração não apenas desempenhava um papel econômico crucial, mas também era utilizada como instrumento estratégico de desenvolvimento. Um marco importante dessa fase foi a criação da “Erdenet Industry” em 1978, que se tornou a maior empresa de mineração do país. Sob propriedade estatal, a empresa simbolizava a integração da exploração mineral ao planejamento econômico nacional, sustentando uma parte significativa da economia. Décadas após sua fundação, a mineração ainda representava 7,5% do PIB nacional e 12,5% das exportações totais, o que evidencia sua relevância histórica e duradoura (EMC LLC, 2018).

A abordagem socialista para o desenvolvimento minerador também incluiu um esforço significativo na construção de infraestrutura urbana. O governo designava áreas específicas para atividades de mineração e, paralelamente, investia na criação de cidades ao redor desses empreendimentos. Este modelo resultou na construção de escolas, hospitais, moradias e outros serviços públicos, criando centros urbanos planejados para atender às necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Este planejamento urbano associado à mineração era instrumental para atrair migrantes das áreas rurais para localidades próximas às minas. Exemplos claros desse modelo são as cidades de Erdenet e Darkhan, que surgiram como centros urbanos em torno de minas de grande porte, refletindo a política de urbanização socialista fundamentada na mineração (PARK *et al.*, 2017). Como visto no panorama histórico, anteriormente, os pastores tinham uma rede de segurança bem consolidada, portanto, a migração para essas cidades mineradoras e sua mudança de dinâmica não impactavam o bem desenrolar da pecuária extensiva semi-nômade. Vemos, portanto, um fluxo migratório primeiro, incentivado pela infraestrutura e acesso a serviços públicos em direção aos centros urbanos de mineração.

No entanto, é importante reconhecer que, mesmo no período socialista, essa migração representava uma separação dos pastores de seus meios de produção tradicionais. Embora não tenha ocorrido expropriação forçada, o deslocamento para o trabalho nas minas implicava uma ruptura na dinâmica de subsistência dos pastores, que dependiam da mobilidade e do acesso direto às terras e aos rebanhos. Essa transição, ainda que voluntária, sinalizava um início de

despossessão funcional, onde a integração ao modelo urbano-industrial passou a redefinir as relações desses sujeitos com o território e com suas práticas tradicionais.

Além da infraestrutura física, o controle centralizado pelo governo caracterizava todas as decisões sobre exploração mineral. Toda a receita obtida a partir das atividades mineradoras era canalizada para o Estado, que redistribuía esses recursos para outras áreas da economia nacional. A decisão sobre onde explorar, como minerar e como alocar os recursos minerais era completamente centralizada, sendo orientada pelas diretrizes econômicas do governo socialista. Esse modelo de governança gerava impactos sociais significativos, como a promoção da migração interna de áreas rurais para os novos centros urbanos mineradores, assegurando empregos e benefícios sociais à força de trabalho das minas.

3.2 Transição econômica e suas mudanças de dinâmica no semi-nomadismo e na política de terras

A transição econômica ocorrida na Mongólia com o fim do governo socialista em 1990 trouxe uma série de mudanças profundas na dinâmica política, econômica e social do país, particularmente para os semi-nômades e a organização pastoral tradicional. A liberalização econômica resultou na privatização de praticamente todos os rebanhos que antes pertenciam ao Estado, desmantelando as empresas estatais e os coletivos de pastoreio que haviam estruturado a gestão das terras e dos recursos durante o período socialista. Essa transição, embora promovida como um caminho para a modernização e abertura ao mercado, trouxe consigo diversas mazelas para as populações semi-nômades, e para a classe trabalhadora recém-estabelecida como um todo com o fim do governo socialista, aumentando a desigualdade social e colocando em risco a sustentabilidade ecológica das estepes.



Figura 1: Mapa do território da Mongólia e países fronteiriços. (Fonte: CIA, 2024)

Como bem pontua Fernández-Giménez (1999), a privatização gerou a perda de instituições formais que anteriormente regulavam o uso das pastagens. Durante o período socialista, o sistema de coletivos proporcionava uma organização clara das migrações sazonais, garantindo que pastagens fossem reservadas para uso específico no inverno e na primavera. Com o fim dos coletivos, houve um colapso dessa coordenação, resultando em uso excessivo e fora de época das pastagens de reserva, além de uma crescente concentração de rebanhos em áreas próximas a estradas e centros urbanos.

Esses problemas foram exacerbados pela redução geral na mobilidade dos pastores, um elemento essencial para o manejo sustentável dos recursos na paisagem altamente variável das estepes mongóis. Outro impacto significativo foi a pobreza crescente entre os pastores. Antes da transição, os coletivos forneciam uma rede de segurança social robusta, incluindo serviços de saúde, educação e transporte. A perda dessas estruturas deixou muitos pastores sem acesso a recursos básicos, além de enfraquecer suas reivindicações sobre terras e pastagens. A falta de transporte, anteriormente fornecido pelos coletivos, tornou-se uma barreira para os pastores mais pobres, que não tinham condições de realizar

migrações sazonais adequadas. Isso levou a um ciclo vicioso: a incapacidade de migrar reduzia o acesso a boas pastagens, prejudicava o crescimento dos rebanhos e perpetuava a pobreza. Os coletivos agrícolas estatais, que constituíam a base organizacional para a gestão de terras e recursos naturais, foram desintegrados com a transição econômica. Houve uma fragmentação dessas entidades, levando à individualização do uso das terras e ao enfraquecimento da gestão coletiva que anteriormente regulava o acesso e o uso dos recursos. No pós-socialismo, emergiram novas formas de organização comunitária, muitas vezes baseadas em arranjos informais entre famílias e pequenos grupos locais, que buscaram restabelecer algum grau de coordenação na utilização das pastagens, mas sem um apoio estatal formalizado (MEARNS, 1996a).

Segundo o artigo de Steiner-Khamsi e Stolpe (2005), no qual aborda a educação nomádica na Mongólia, reporta que a educação nômade na Mongólia, particularmente no contexto de escolas residenciais¹⁴, apresenta-se como um caso emblemático de adaptação de práticas educacionais ao estilo de vida pastoral, bem como de transformação significativa ao longo da transição do socialismo para o período pós-socialista. O artigo destaca que, sobre a educação na Mongólia no período pré-socialista, desde a conversão bem-sucedida ao budismo no século XVI, as escolas monásticas eram as principais instituições educacionais no país. Nessas escolas, era comum que famílias nômades enviassem pelo menos um filho, entre 7 e 10 anos de idade, para estudar escrita mongol e tibetana, ciência budista, artes e artesanato. Esse modelo era amplamente aceito e estava alinhado ao estilo de vida nômade da época, servindo como uma base para a transição para as escolas residenciais estatais estabelecidas no período socialista. Portanto, o sistema de internatos, embora novo em estrutura, baseava-se em uma prática organizacional e cultural já existente.

Durante o governo socialista (1921-1990), o sistema educacional da Mongólia foi modelado no padrão soviético, mas com adaptações específicas para atender à população nômade espalhada por vastas áreas rurais. Uma dessas adaptações foi a implementação de escolas residenciais, que permitiam às crianças de famílias

¹⁴ Implementadas durante o período socialista, eram instituições integradas ao sistema educacional estatal, projetadas para atender às crianças de famílias nômades. Funcionavam como internatos, oferecendo acomodação e alimentação gratuitas (STEINER-KHAMSI; STOLPE, 2005).

nômades frequentar a escola enquanto permaneciam em internatos. Esse modelo, viabilizado por infraestrutura gratuita e apoio comunitário, foi crucial para a universalização do ensino básico, com taxas de alfabetização adulta atingindo 97% em 1990 e matrícula de crianças de 8 a 15 anos ultrapassando os 100%. O modelo socialista de escolas residenciais destacou-se por sua integração cultural, apresentando características como a entrada tardia na escola, aos oito anos de idade, e o alinhamento das férias escolares com o calendário pastoral. Além disso, as escolas funcionavam como parte integrante da estrutura administrativa socialista, sendo financiadas em parte pelas cooperativas agrícolas e pecuárias (*negdels*), que desempenhavam um papel essencial na manutenção da infraestrutura e no suporte comunitário às famílias nômades (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999; STEINER-KHAMSI; STOLPE, 2005).

Com o colapso do bloco socialista e a transição para uma economia de mercado nos anos 1990, o sistema educacional mongol sofreu transformações profundas. A retirada do apoio econômico dos países socialistas e a introdução de políticas neoliberais resultaram em um desinvestimento maciço na educação, particularmente nas escolas residenciais. O financiamento público para o setor educacional caiu de 11,5% do PIB em 1989 para 5,5% ao final daquela década, levando ao fechamento de muitas escolas ou à sua operação em condições precárias de infraestrutura, como falta de aquecimento, instalações inadequadas e insalubridade. As escolas residenciais deixaram de ser instituições universais e integrativas para atender majoritariamente às famílias em situação de pobreza, que não dispunham de alternativas para acomodar seus filhos durante o período letivo. A desvalorização das escolas residenciais não apenas resultou em altas taxas de evasão escolar, mas também marcou um declínio no acesso universal à educação para crianças nômades (STEINER-KHAMSI; STOLPE, 2005).

A expropriação, enquanto processo de perda da autonomia dos pastores semi-nômades, não se restringe à coerção ou imposições explícitas. O fornecimento de serviços, por mais que tenham trazido benefícios imediatos, implicaram em uma crescente dependência do grupo em relação ao Estado, a ponto de sua perda implicar na inviabilização da reprodução das relações.

A partir do estudo de Marie-Dominique Even (2010), no qual aborda a religião na Mongólia e seu avivamento pós-socialista, durante o período socialista, iniciado em 1921 sob forte influência soviética, o budismo, principal religião, sofreu um processo de repressão sistemática que culminou na quase total erradicação das instituições religiosas do país. A partir de 1929, medidas severas foram implementadas, como a proibição de reconhecer reencarnações de figuras religiosas, confisco de propriedades monásticas e perseguição ao clero. Essas políticas foram intensificadas na década de 1930, quando purgas em massa levaram à destruição de mosteiros e à execução de milhares de monges, consolidando a secularização forçada e a subordinação do campo religioso às diretrizes socialistas. Esse período resultou na desarticulação da base econômica e espiritual do budismo, além de promover a adoção de um discurso oficial que marginalizava as tradições religiosas em favor do ateísmo estatal.

Com a transição econômica em 1991, a Mongólia vivenciou um renascimento religioso que coincidiu com a liberalização política e econômica. O budismo foi revitalizado como elemento central da identidade nacional, com a reabertura de templos e monastérios, embora significativamente enfraquecido após décadas de repressão. Além disso, o cenário religioso tornou-se mais pluralista, com a chegada de movimentos cristãos e outras tradições estrangeiras. Apesar da renovação de práticas tradicionais, o budismo contemporâneo enfrenta desafios para se adaptar a uma sociedade em rápida modernização, onde novas formas de religiosidade competem com as práticas históricas. Esse renascimento religioso reflete as complexidades da interação entre modernidade e identidade cultural (EVEN, 2010). Segundo Sorre (2002), a cultura é modelada pelas condições ambientais e socioeconômicas predominantes, portanto, possibilitada pelo meio. Durante o socialismo, o meio político-ideológico imposto pelo governo eliminou a infraestrutura e os espaços sociais que sustentavam o budismo. Esse processo de secularização limitou o acesso às práticas tradicionais, mas moldou uma nova concepção de cultura desvinculada do ambiente religioso. A revitalização posterior, no período pós-socialista, evidencia uma tentativa de resgate cultural que, no entanto, se desenvolve em um meio transformado.

Com a liberalização econômica, a Mongólia passou a integrar-se ao mercado global, mas de forma desigual. A privatização das empresas estatais e a desintegração dos coletivos foi acompanhada por um aumento no desemprego, especialmente entre aqueles que dependiam diretamente dessas estruturas para sustento. Muitas famílias de pastores, que antes recebiam salários e benefícios sociais nos coletivos, viram-se sem alternativas de renda, forçando-as a depender exclusivamente de seus rebanhos privados. No entanto, os rebanhos menores, combinados com a falta de acesso às melhores pastagens, resultaram em uma crescente desigualdade entre os pastores. Os mais ricos, que podiam financiar migrações e reivindicar terras de qualidade, ampliaram suas vantagens, enquanto os mais pobres ficaram restritos a áreas degradadas e menos produtivas. A ausência de instituições formais também dificultou a resolução de disputas sobre terras. Durante o período socialista, essas questões eram arbitradas por administrações locais e pelo Estado, mas, com a transição, os mecanismos regulatórios desapareceram ou enfraqueceram. Isso não apenas gerou conflitos entre pastores, mas também abriu espaço para a utilização de terras para propósitos não relacionados à pastagem, como a mineração (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999).

Neste momento histórico, as divisões territoriais anteriormente apresentadas e as unidades migratórias perdem parte de sua relevância conforme os pastores semi-nômades e a pecuária extensiva semi-nômade são introduzidos - ou não introduzidos - nessa nova lógica de produção. Com a nova Constituição de 1992, os pastores, que antes eram vinculados aos coletivos que foram desmantelados, agora têm “liberdade de movimentação”, sem as determinações migratórias do Estado socialista. Na prática, isso significou acesso desigual às terras e pastagens, marcando o estado atual dessa prática: de desamparo, irregularidade e disparidades cada vez mais agudizadas entre os pólos rurais e urbanos, devido à falta de desenvolvimento regional e políticas demográficas pelo governo mongol (SOLONGO, 2017).

Com o avanço da economia de mercado, o governo mongol implementou uma nova política de terras que priorizou o desenvolvimento da indústria extrativista, especialmente a mineração. O setor de mineração tornou-se uma das principais

fontes de receita para o país, mas às custas dos semi-nômades e do manejo tradicional das terras. A nova legislação de uso da terra de 1994 permitiu o arrendamento de terras para indivíduos e grupos, mas sua implementação foi lenta e inconsistente. Além disso, muitas áreas anteriormente utilizadas para pastagens passaram a ser destinadas à exploração mineral, reduzindo ainda mais o acesso dos pastores aos recursos necessários para sustentar seus rebanhos (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999; MEARNS, 1996b).

A mineração trouxe impactos diretos sobre as rotas migratórias dos pastores semi-nômades. Áreas tradicionalmente utilizadas para migrações sazonais foram transformadas em zonas de mineração, interrompendo padrões históricos de movimentação, condicionando os pastores ao jugo do interesse do capital nacional e internacional, sendo forçados a adaptar-se segundo as demandas dos elementos que agora compunham a classe dominante, tal qual pontua Gaudemar (1977). A concentração de recursos minerais em determinadas regiões gerou deslocamentos forçados ou limitou o acesso dos pastores a áreas críticas para a sobrevivência de seus rebanhos. Além disso, a infraestrutura associada à mineração, como estradas e instalações industriais, fragmentou ainda mais o território das estepes, dificultando a mobilidade dos semi-nômades e promovendo uma degradação ambiental que reduziu a qualidade das pastagens disponíveis (POTKANSKI e SZYNKIEWICZ, 1993; SWIFT, 1995).

A política de terras voltada à mineração também desconsiderou práticas tradicionais de manejo e uso do solo. Os pastores frequentemente encontraram-se excluídos dos processos de decisão sobre a alocação de terras, enquanto empresas mineradoras internacionais obtinham concessões extensivas. Isso criou tensões entre comunidades locais e o governo, agravando a desigualdade e acelerando a marginalização dos semi-nômades no contexto da economia de mercado (PALD, 1993; HUMPHREY e SNEATH, 1996).

Essa mudança de foco também teve impactos ambientais significativos. As áreas mineradas frequentemente se tornavam inutilizáveis para pastagem, forçando os pastores a concentrarem seus rebanhos em terras menores, o que aumentava a pressão sobre os recursos naturais. A falta de regulação clara também levou a um

aumento no pastoreio em áreas fora de época, comprometendo a sustentabilidade de longo prazo das pastagens (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999).

O avanço da mineração na Mongólia pós-socialista pode ser compreendido dentro de uma lógica mais ampla que transcende o simples interesse na extração de recursos naturais. Trata-se de uma atividade vinculada ao ajuste da balança de pagamentos do Estado, buscando mitigar déficits e atrair capital estrangeiro em um contexto de dependência estrutural (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999; BAATARZORIG *et al.*, 2018). Essa dinâmica está intrinsecamente ligada ao processo de urbanização e à formação de centros metropolitanos que concentram a centralidade na tomada de decisões sobre o uso das terras (SANTOS, 2001; REEVES, 2011b). Tal concentração altera profundamente a organização territorial e inviabiliza o complexo geográfico que anteriormente sustentava a reprodução do pastoreio semi-nômade. Nesse cenário, as práticas tradicionais de manejo territorial, outrora enraizadas em uma lógica de mobilidade do ecúmeno, são substituídas por um planejamento voltado para atender às demandas do mercado global, reforçando a marginalização das comunidades locais e a fragmentação ambiental, como serão apresentados nos itens seguintes.

4. A MINERAÇÃO NA MONGÓLIA PÓS-SOCIALISTA

A formação de um Estado aliado à economia de mercado na Mongólia, após a dissolução da União Soviética que era sua principal parceira econômica, implicou uma reconfiguração de suas prioridades econômicas e territoriais, com a busca por receitas em moeda estrangeira tornando-se uma necessidade estrutural. Nesse contexto, a dependência da mineração como principal atividade exportadora emergiu como uma solução imediata para sustentar a balança de pagamentos e atrair capital externo (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999; BAATARZORIG *et al.*, 2018). Essa transição, no entanto, reforçou um processo de expropriação territorial que afetou diretamente os pastores semi-nômades, uma vez que as áreas destinadas ao pastoreio foram progressivamente convertidas em zonas de exploração mineral. A lógica extractiva voltada para o mercado internacional não apenas inviabilizou práticas tradicionais, mas também consolidou a fragmentação do complexo geográfico reproduzido pela mobilidade do ecúmeno. Assim, nesse contexto, o resultado foi a subordinação da economia nacional aos interesses do capital global,

enquanto os pastores eram desconectados de seus territórios, evidenciando como as demandas por exportações exacerbam a marginalização das populações rurais (SWIFT, 1995; SANTOS, 2001).

4.1 Fomento e Dependência ao Capital Estrangeiro

A mineração deixou de ser exclusivamente estatal e passou a ser amplamente dominada por empresas privadas e investidores estrangeiros. Essa transição foi facilitada pela Lei Mineral de 1997, posteriormente renovada em 2006, que oferecia incentivos como isenção fiscal de cinco anos para atrair Investimento Estrangeiro Direto (FDI, daqui em diante). Como resultado, o setor minerador passou a atuar sob uma lógica de mercado, orientada pelo lucro, e não mais pelas diretrizes econômicas estatais. Essa legislação oferecia incentivos fiscais consideráveis, incluindo isenção total de impostos por cinco anos para investidores estrangeiros no setor minerador. A abertura ao FDI foi estrategicamente concebida para explorar os vastos recursos naturais da Mongólia, como carvão, cobre, ouro e terras raras (AMARTUVSHIN *et al.*, 2021).

Essa nova fase viu o surgimento de projetos mineradores de grande porte, como Oyu Tolgoi, uma das maiores minas de cobre e ouro do mundo. Este projeto foi iniciado em 1997, arrecadou US\$15 milhões no mercado internacional em 2000 e atraiu US\$11,8 bilhões em FDI até 2014, equivalente a 113,4% do PIB daquele ano (MMJ, 2015 e OT LLC, 2018). Outro exemplo é Tavan Tolgoi, uma mina de carvão de importância estratégica para as exportações. Apesar do sucesso financeiro desses empreendimentos, houve limitações significativas no impacto local dessas minas. Diferentemente do período socialista, onde o Estado investia em infraestrutura nas áreas mineradoras, a responsabilidade foi transferida para empresas privadas e Pequenas e Médias Empresas (PMEs). No entanto, muitas dessas empresas falharam em atender às demandas locais, como a criação de empregos e o fornecimento de serviços essenciais (GOM, 2008).

Além disso, a governança no setor minerador enfraqueceu consideravelmente no período pós-socialista. A supervisão governamental tornou-se limitada, o que resultou em práticas ilegais de mineração e na baixa arrecadação de impostos, mesmo com o aumento expressivo da lucratividade das minas.

Socialmente, as consequências foram igualmente profundas. Apesar de a mineração ter elevado sua participação no PIB de 10% em 2002 para 22,6% em 2019, os benefícios econômicos não foram amplamente distribuídos (NDA, 2019). Áreas rurais próximas às minas enfrentaram desigualdades crescentes, com a perda de terras pastorais e a falta de qualificação da mão de obra local para ocupar os empregos disponíveis nas novas minas. Isso resultou no deslocamento de comunidades rurais, que passaram a migrar para centros urbanos, especialmente para a capital Ulaanbaatar, em busca de melhores oportunidades, como será abordado mais adiante. Ulaanbaatar consolidou-se como o principal destino migratório devido à sua infraestrutura superior e maior oferta de empregos (REEVES, 2011a, 2011b).

Como bem pontuam no artigo sobre os altos e baixos da mineração na economia mongol de Baatarzorig *et al.* (2018), no qual fazem um panorama geral desde a transição econômica, a economia da Mongólia é notoriamente dependente do setor de mineração, uma característica que molda tanto seu desempenho econômico quanto sua vulnerabilidade. Com uma riqueza mineral estimada entre 1 e 3 trilhões de dólares, composta majoritariamente por carvão, cobre e ouro, o setor tem sido a principal força motriz da economia do país. Dados do Escritório Nacional de Estatísticas da Mongólia (NSO) indicam que, ao longo da última década, o PIB real do país cresceu em média 9% ao ano, atingindo um pico de 17,5% em 2011 e declinando para -1% em 2016, flutuações atribuídas diretamente à expansão e volatilidade do setor de mineração e ao FDI associado a ele. O setor de mineração contribui com aproximadamente 20% do PIB mongol, mais de 90% das exportações e mais de 20% das receitas governamentais, enquanto emprega apenas 3,6% da força de trabalho. Entre 1993 e 2017, cerca de 73% de todo o FDI foi destinado ao setor de mineração, evidenciando a centralidade do mesmo para a economia. Contudo, essa dependência também a torna imensamente vulnerável a choques nos preços das commodities e no fluxo de investimentos estrangeiros, como demonstrado por Collier e Goderis (2007) e Lkhanaajav (2017), cujos estudos indicam que o “boom” de recursos naturais frequentemente apresenta impactos econômicos positivos no curto prazo, mas leva a efeitos negativos no longo prazo, como desindustrialização e crescimento desacelerado.

O projeto Oyu Tolgoi, em particular, é gerido pela Rio Tinto, uma empresa multinacional com sede em Londres. Outros atores incluem a Shenhua Group Corporation, da China, e empresas russas e canadenses que operam principalmente no setor de extração de minérios metálicos. Mesmo que suas contribuições sejam substanciais para as receitas nacionais, esses projetos são predominantemente geridos por corporações estrangeiras, o que limita a retenção de lucros no país e aumenta sua exposição a oscilações nos preços internacionais de commodities. Apesar de sua escala, as minas enfrentaram críticas quanto à baixa integração da economia local, visto que a maior parte dos lucros era repatriada e os benefícios fiscais reduziram significativamente a contribuição para o orçamento público (OT LLC, 2018).

Embora as políticas de incentivo fiscal tenham alcançado êxito em atrair grandes volumes de capital estrangeiro, elas também evidenciaram sérias fragilidades na governança regulatória. O governo enfrentou dificuldades para monitorar e regular as operações das empresas mineradoras, o que resultou em lacunas fiscais e impactos ambientais significativos. Um exemplo importante foi a introdução do "Windfall Tax" em 2006, que taxava 68% dos lucros excedentes das mineradoras, como resposta ao aumento dos preços do cobre e do ouro. Este imposto impunha taxas elevadas sobre os lucros obtidos pelas empresas mineradoras quando os preços do cobre superavam 2.600 dólares por tonelada e os do ouro ultrapassavam 500 dólares por onça troy¹⁵. Após a introdução do imposto, muitas empresas mineradoras reduziram suas operações ou começaram a evitar a declaração de seus lucros. Segundo o artigo, o fornecimento de ouro ao Banco Central Mongol caiu drasticamente, de 17 toneladas em 2005 para apenas 2,4 toneladas em 2007 (BOM, 2021). Essa evasão fiscal representou uma perda significativa de receita para o governo. Empresas multinacionais, como a Rio Tinto, exerceram forte pressão sobre o governo mongol para revogar o imposto. Essa pressão foi intensificada pela ameaça de desinvestimento e pela possibilidade de que grandes projetos, como Oyu Tolgoi, fossem adiados ou cancelados. Os recursos arrecadados com o imposto não foram eficientemente alocados em projetos de infraestrutura ou programas sociais que pudessem beneficiar as comunidades afetadas pela mineração. Esse fracasso contribuiu para o aumento

¹⁵ Medida padrão equivalente a aproximadamente 31,1 gramas.

das desigualdades regionais. Esta lei foi revogada em 2011 devido à pressão das empresas e à evasão fiscal desenfreada (BOM, 2021).

O cenário descrito evidencia os impactos do capitalismo periférico sobre economias dependentes de exportação de commodities. Este modelo econômico reflete a inserção subordinada de países periféricos na lógica do capital global, onde a extração de riquezas naturais serve primordialmente aos interesses do capital estrangeiro, em detrimento do desenvolvimento local e sustentável. A introdução do *windfall tax* expôs contradições profundas: enquanto se buscava capturar parte dos excedentes econômicos gerados pelo aumento dos preços das commodities, o resultado foi uma forte evasão fiscal e desinvestimentos estratégicos das empresas mineradoras. Essa resposta ilustra a dinâmica imperialista do capitalismo, onde corporações transnacionais moldam políticas econômicas e sociais para atender às demandas dos países centrais, valendo-se da ameaça de retirada de capitais para enfraquecer a soberania nacional, em detrimento de um desenvolvimento interno equilibrado e sustentável. Santos (2001), em sua análise do meio técnico-científico-informacional, ressaltaria como essa dependência de investimentos externos perpetua a desigualdade territorial e a concentração de benefícios. A receita arrecadada pelo imposto, que deveria ter sido alocada para diversificação econômica e mitigação dos impactos ambientais, foi direcionada a gastos correntes, sem gerar mudanças estruturais. Esse uso equivocado reflete uma governança incapaz de enfrentar as pressões do capital internacional, mas também um reflexo da própria lógica de reprodução do capital que transcende fronteiras nacionais. Em vez de criar condições para um desenvolvimento verdadeiramente autônomo, essa dinâmica reforça o caráter extrativo e subordinado da economia, expropriando riquezas naturais enquanto marginaliza as populações locais. A industrialização nacional em países periféricos frequentemente demonstram que esses processos podem ampliar desigualdades internas e aprofundar vulnerabilidades econômicas, servindo, em última análise, às demandas do capital global (SANTOS, 2001). Além disso, a perda de autonomia dos pastores nômades não deve ser vista apenas como uma consequência da economia de mercado contemporânea. Durante o período socialista, o próprio Estado, embora comprometido com a coletivização, contribuiu para a fragmentação das práticas

tradicionais ao subordinar a organização do território às diretrizes de um planejamento centralizado.

Portanto, o fracasso do Windfall Tax é um exemplo emblemático de como as políticas fiscais nos países periféricos são limitadas pela lógica do capital transnacional. Ele evidencia a necessidade de uma governança que priorize os interesses das populações locais e, sobretudo, de alternativas econômicas que rompam com a dependência estrutural, promovendo um desenvolvimento verdadeiramente autônomo e sustentável. Santos (2001) criticava o mito da globalização como um processo de integração equitativa, ressaltando que, para as nações periféricas, a entrada de capital transnacional frequentemente reforça desigualdades regionais e aprofunda a vulnerabilidade econômica. No caso da Mongólia, as promessas de desenvolvimento por meio da mineração se revelaram ilusórias, com impactos ambientais e econômicos negativos que recairão sobre as gerações futuras, enquanto o capital estrangeiro se beneficia dos lucros extraordinários.

4.2 Volatilidade da economia

A volatilidade nos preços das commodities minerais é outro fator que exacerba os desafios econômicos da Mongólia. Entre 2009 e 2016, o preço médio do cobre foi de US\$6.756 por tonelada, mas com uma significativa oscilação de 21% ao ano, como observado no estudo de Baatarzorig *et al.* (2018). Essa instabilidade impacta diretamente as receitas do governo e o desempenho macroeconômico, pois os setores de carvão e minérios metálicos são altamente exportadores, com mais de 90% de seus produtos destinados ao mercado externo. Assim, uma queda no preço do cobre, por exemplo, resulta em quedas acentuadas na produção, no emprego e na receita das famílias e do governo.

Essa dependência excessiva do setor de mineração e sua volatilidade associada não beneficiam a população de maneira equitativa. Em primeiro lugar, os empregos gerados pelo setor são relativamente escassos devido à natureza capital-intensiva das operações. Enquanto isso, setores não relacionados à mineração, como agricultura e manufatura, que são mais intensivos em mão de obra, permanecem marginalizados. Além disso, a alta concentração de receitas nas

mãos de empresas estrangeiras e da burguesia nacional mongol agrava as desigualdades econômicas, enquanto uma parcela significativa da população continua vivendo em situação de pobreza, dependendo de transferências governamentais que são vulneráveis a flutuações nos preços das commodities.

O fenômeno conhecido como “doença holandesa”¹⁶ também ameaça a economia mongol. Na Mongólia, a dependência do setor de mineração é um terreno fértil para a doença holandesa, mas, segundo os estudos, os efeitos têm sido menos intensos devido ao alto desemprego e à baixa intensidade de exportação de setores como agricultura e manufatura. No entanto, isso não significa que a economia esteja protegida contra os impactos adversos de sua dependência mineral. Contudo, a doença holandesa ainda representa um risco para a economia, especialmente no longo prazo, ao tornar o país vulnerável às flutuações nos preços das commodities e à concentração excessiva em um único setor econômico. A experiência da Mongólia ilustra como uma economia baseada em recursos naturais pode ser suscetível ao que Moran (2013) e Reeves (2011c) chamam de “maldição dos recursos”: corrupção, desigualdade de renda e degradação ambiental.

Portanto, enquanto o setor de mineração sustenta boa parte do crescimento econômico da Mongólia, sua dominância exacerba a volatilidade econômica e limita os benefícios diretos à população. A volatilidade dos preços das commodities, como o cobre, é uma característica intrínseca ao mercado capitalista global, regido pela lógica do valor de troca e pela especulação financeira, em vez de atender às necessidades humanas reais ou garantir a estabilidade econômica de países exportadores. Segundo Harvey (1982), essa instabilidade não é um desvio, mas um mecanismo funcional ao capitalismo, que utiliza crises e flutuações para reorganizar os mercados e consolidar ainda mais o controle sobre os meios de produção. A alta concentração de receitas nas mãos de empresas estrangeiras e de uma burguesia nacional alinhada aos interesses internacionais reflete a alienação das populações locais dos frutos de seu próprio trabalho e recursos, enquanto os trabalhadores permanecem marginalizados em setores mais intensivos em mão de obra. Essa dinâmica não apenas reforça a desigualdade econômica, mas também subordina o

¹⁶ O conceito, como desenvolvido por Gregory (1976) e Corden e Neary (1982), se baseia nos seguintes mecanismos principais: efeitos adversos do boom de recursos naturais pode ter na economia de um país, tratando da apreciação da moeda local, redução de competitividade de outros setores e a concentração de recursos.

desenvolvimento do país às demandas voláteis do mercado global, aprofundando sua posição periférica no sistema capitalista.

Portanto, como visto nos itens 4.1 e 4.2, a abertura do setor minerador ao investimento estrangeiro, acompanhada por reformas como a Lei Mineral de 1997 e incentivos fiscais massivos, ilustra como a governança estatal não apenas facilitou a exploração de recursos naturais, mas também reforçou a marginalização das populações semi-nômades. A centralidade das decisões urbanas e a concentração de riqueza nos pólos mineradores contrastam com a destruição das bases territoriais e culturais que sustentavam o pastoreio itinerante. Assim, a mobilidade do trabalho é redirecionada para atender a uma lógica extrativa que subordina o território às demandas da balança de pagamentos e da acumulação capitalista. Ao invés de corrigir as desigualdades históricas, o Estado consolidou seu papel como agente de expropriação, mediando a despossessão territorial, deixando os pastores agora inviabilizados pela reestruturação do uso das terras e pela fragmentação do complexo geográfico que outrora permitia a coexistência entre as comunidades e as estepes.

5. ABORDAGEM FRAGMENTADA E APROXIMADA DAS REPERCUSSÕES AMBIENTAIS DO SETOR MINERADOR NA MONGÓLIA

A Mongólia, com sua vasta extensão de pastagens e rica biodiversidade, tem enfrentado desafios significativos relacionados à mineração, particularmente de carvão, cobre e ouro, que são os principais recursos explorados no país. No entanto, a pesquisa científica sobre os impactos ambientais específicos da mineração na Mongólia é notavelmente escassa e fragmentada, dificultando uma análise abrangente e detalhada. Dados robustos e específicos sobre as consequências ambientais das atividades mineradoras na região são pouco divulgados, o que pode estar relacionado à falta de regulamentações rigorosas, à limitada infraestrutura de monitoramento ambiental e, possivelmente, à ausência de interesse político em fomentar estudos críticos sobre o tema. Diante disso, optou-se por adotar uma abordagem fragmentada, baseada em dados disponíveis sobre a Mongólia Interior, na China, e em análises gerais sobre os impactos ambientais das atividades mineradoras, com foco nos recursos predominantes explorados na Mongólia, além de estudos feitos na Mongólia em si.

A Mongólia Interior, uma região chinesa adjacente à Mongólia, apresenta ecossistemas de estepe semelhantes e enfrenta dinâmicas socioeconômicas comparáveis, especialmente no que tange ao pastoreio semi-nômade e à dependência das pastagens para a subsistência de comunidades locais. A mineração de carvão na Mongólia Interior, amplamente documentada, tem provocado graves impactos ambientais, incluindo degradação do solo, poluição hídrica e atmosférica, além da fragmentação de habitats naturais (LI *et al.*, 2009; QIAO, 2013). Esses efeitos são altamente relevantes para compreender os potenciais impactos da mineração na Mongólia, uma vez que o país também apresenta uma alta dependência de suas pastagens e enfrenta desafios ambientais semelhantes.

A mineração de carvão é frequentemente associada à poluição atmosférica causada por poeira de carvão e emissões de gases durante o transporte e a combustão. Esses efeitos são observados na Mongólia Interior e podem ser esperados em regiões da Mongólia onde o carvão é extraído em larga escala, como Tavan Tolgoi. A poluição do solo e da água devido ao acúmulo de resíduos sólidos e líquidos também é amplamente documentada (FINKELMAN *et al.*, 2002). Esse setor causa uma deterioração acentuada na estrutura e na funcionalidade do solo das pastagens, com efeitos persistentes e cumulativos ao longo do tempo. Um dos impactos mais críticos está na destruição física do solo em áreas de mineração, especialmente nas chamadas "áreas de colapso", que resultam diretamente do rebaixamento do terreno devido às atividades de extração subterrânea. Essas áreas tornam-se inúteis tanto para a agricultura quanto para a pastagem, configurando um prejuízo irreversível para o ecossistema local e para a subsistência dos pastores (LI *et al.*, 2009). Esse impacto é intensificado pela remoção das camadas superiores do solo, que são ricas em matéria orgânica e nutrientes essenciais, reduzindo drasticamente a fertilidade e dificultando a recuperação natural das áreas afetadas.

O impacto na vegetação também é alarmante. A mineração reduz a cobertura vegetal de forma drástica, diminuindo não apenas a produção de forragem essencial para o sustento do gado, mas também a biodiversidade da região. Espécies nativas de plantas adaptadas às condições das pastagens são substituídas por terrenos

áridos, o que afeta a cadeia alimentar local e compromete o equilíbrio do ecossistema (LU *et al.*, 2007).

Já o que tange a mineração de cobre e ouro, atividades de extração e processamento desses minerais, como lixiviação por cianeto no caso do ouro, geram riscos significativos de contaminação de solos e águas subterrâneas. A mina de Oyu Tolgoi, um dos maiores projetos de mineração da Mongólia, é emblemática nesse sentido, pois consome grandes volumes de água, aumentando a competição pelos escassos recursos hídricos disponíveis e exacerbando conflitos entre comunidades locais e empresas mineradoras (YU e WANG, 2007). A mineração mongol tem causado severos impactos ambientais, com efeitos diretos no solo, na vegetação, nos recursos hídricos e na população local. Segundo Abalakov e Bazarova (2018), a extração de ouro aluvionar é particularmente destrutiva, ocorrendo em vales de rios como o Tuul e seus afluentes, nos aimags Selenge e Tuv, onde 40 km² de terras foram degradadas devido ao uso de dragas e equipamentos industriais. Essa prática resulta em descargas frequentes de águas contaminadas, prejudicando os ecossistemas aquáticos e tornando a água imprópria para consumo humano e animal. Essa contaminação intensifica os problemas de abastecimento hídrico em uma região já caracterizada pela aridez. A degradação do solo também é evidente, com extensas áreas perturbadas e aumento da desertificação, agravada pela remoção da cobertura vegetal e pela ação de ventos intensos. Essa situação reduz a viabilidade agrícola e pastoril, aumentando a vulnerabilidade econômica e ambiental das comunidades locais. Além disso, resíduos tóxicos provenientes de minas ativas e desativadas, como os de metais raros e radioativos, continuam impactando negativamente o meio ambiente.

A expansão das atividades mineradoras substitui as vastas pastagens naturais por uma paisagem industrial fragmentada, alterando a estrutura ecológica da região e diminuindo sua capacidade de sustentar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Estradas, estações de transporte e instalações de mineração interrompem os padrões naturais de fluxo e conectividade do ecossistema, isolando habitats e dificultando os movimentos de espécies nativas (GENG *et al.*, 2010). Essa fragmentação também afeta os padrões de uso da terra, forçando os pastores a se adaptarem a áreas menores e menos produtivas para suas atividades

tradicionais. Além disso, a transformação da paisagem natural em um cenário industrial compromete os valores culturais e estéticos das pastagens, que agora exibem cicatrizes de mineração que afetam negativamente atividades econômicas baseadas no uso sustentável das terras (GENG *et al.*, 2010)

É de suma importância destacar que as mudanças climáticas desempenham um papel crucial no aumento da frequência dos dzuuds¹⁷. Ademais, as degradações ambientais provocadas pelas atividades do setor minerador não apenas comprometem os ecossistemas locais, mas também exacerbam as condições adversas associadas a esses eventos. (SOLONGO, 2017)

Esses problemas ambientais têm provocado migração forçada, especialmente em comunidades rurais que dependem de terras e águas agora degradadas. Na Mongólia, a contaminação dos rios e a desertificação levam muitas famílias a deixarem suas terras em busca de melhores condições de vida. Abalakov e Bazarova (2018) enfatizam que os impactos da mineração exigem medidas urgentes de remediação ambiental e planejamento sustentável para reduzir a dependência econômica de recursos minerais e mitigar os danos ecológicos.

6. FLUXOS MIGRATÓRIOS RURAIS-URBANOS E A MOBILIDADE DO TRABALHO

Ao tomar como pressuposta a relação entre migração e trabalho e considerar a histórica persistência do nomadismo na sociedade mongol, a forma dos seus fluxos migratórios impede ainda mais qualquer tentativa de paralelismo com o modelo das correntes entrelaçadas proposta por Ravenstein (1980), não havendo qualquer vislumbre de um movimento que tende naturalmente ao equilíbrio. E se o processo de industrialização, no que pese todas as suas possíveis particularidades, pode ser classificado a partir de três modelos principais (SINGER, 1975), constata-se que a Mongólia passou por pelo menos dois deles, a saber: um processo tímido e mais antigo, seguindo o modelo dos países de economia centralmente planejada; e, finalmente, outro mais recente e semelhante àquele sofrido pelos países capitalistas tardios. Portanto, a geografia urbana da Mongólia registrou dois momentos distintos de industrialização, sendo que o primeiro deles é

¹⁷ Casos de desastres naturais, geralmente associados a verões secos e invernos rigorosos.

responsável por influenciar substancialmente a natureza das migrações do segundo, por já ter influído sobre a sociedade mongol as dinâmicas desse processo.

Jean-Paul de Gaudemar (1977), oferece um arcabouço teórico robusto para compreender a mobilidade do trabalho como um mecanismo estrutural e funcional ao capitalismo. Para ele, a mobilidade transcende o mero deslocamento geográfico, abrangendo mudanças funcionais e temporais que adaptam os trabalhadores às demandas da acumulação de capital, mas, sobretudo, evidencia uma imposição que responde às dinâmicas econômicas e políticas de cada contexto. Nos países periféricos, como a Mongólia, essa mobilidade é amplamente influenciada por políticas econômicas globais e locais, caracterizadas pela ausência de redes de proteção social e pela vulnerabilidade estrutural da força de trabalho, intensificada após o fim do governo socialista e a adoção de políticas neoliberais com a abertura à economia de mercado.

No caso específico da Mongólia recente, foi-se notado um fluxo migratório primeiro durante o período socialista, que foi impulsionado pela concentração do trabalho nos centros urbanos, em torno de atividades de mineração e da infraestrutura associada (AMARTUVSHIN *et al.*, 2021). Esse movimento inicial, embora significativo, é apenas o ponto de partida para uma transformação mais profunda e acelerada nas décadas subsequentes. A transição para o neoliberalismo nos anos 1990 trouxe um desmonte estrutural que eliminou a segurança econômica anteriormente fornecida pelo Estado. A extinção das empresas estatais, o desmantelamento da seguridade social e a privatização de terras impulsionaram um movimento migratório inverso, onde trabalhadores urbanos, desempregados e marginalizados, voltaram ao rural como estratégia de sobrevivência. Esse fluxo, porém, não representava uma reinserção harmoniosa na vida semi-nômade pastoral, mas, ao contrário, reforçava a precariedade. A abertura econômica ao capital estrangeiro e a priorização do setor de mineração aprofundaram as dificuldades dos pastores (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999), despojando-os de sua autonomia territorial e pressionando-os a abandonar seu estilo de vida tradicional.

O terceiro e mais recente fluxo migratório, que domina o cenário atual, caracteriza-se pela concentração massiva de população em Ulaanbaatar, a capital

da Mongólia, que hoje abriga mais da metade da população do país¹⁸ em uma fração ínfima do território nacional¹⁹. Esse movimento é impulsionado por uma conjunção de fatores: a busca por infraestrutura, serviços públicos e meios de subsistência que foram sistematicamente desmantelados nas áreas rurais; e a marginalização econômica que empurra os trabalhadores para os grandes centros urbanos. No entanto, a chegada à capital não resolve a vulnerabilidade dessas populações. Sem capital financeiro suficiente para se estabelecer com dignidade e desprovidos de qualificações técnicas que os conectem ao circuito formal da economia, muitos acabam relegados às comunidades periféricas chamadas "distritos de ger"²⁰, vivendo em condições de extrema precariedade, migrantes enfrentam condições sanitárias precárias, falta de acesso à água potável e dependência de combustíveis poluentes como carvão e madeira para aquecimento e cozimento. Essa precariedade é agravada pela concentração de riqueza e infraestrutura no circuito superior, que atende principalmente aos interesses das mineradoras e do capital estrangeiro (REEVES, 2011b; OT LLC, 2018).

Essa análise encontra ressonância na obra de Milton Santos (2004), que explora a coexistência do circuito superior — voltado à integração com o capital global — e do circuito inferior, onde predominam atividades econômicas precárias. A situação de Ulaanbaatar ilustra vividamente essa dualidade: enquanto os setores ligados à mineração e ao capital estrangeiro prosperam, os antigos pastores, agora marginalizados no circuito inferior, sobrevivem em um ambiente de informalidade, baixos salários e precariedade habitacional.

A aplicação do conceito de mobilidade de Gaudemar a esse contexto permite compreender a migração em massa como um processo profundamente estrutural, onde a força de trabalho é compelida a se mover não por escolha, mas pela necessidade de adaptação às condições impostas pela transição econômica e pela lógica do capital. A mobilidade, nesse caso, não é sinal de progresso, mas um reflexo da desestruturação social e da marginalização econômica, que transforma antigos modos de vida em formas de sobrevivência precária nas periferias urbanas.

¹⁸ 1.725.000 habitantes - cerca de 52,27% - (ONU, 2025)

¹⁹ Cerca de 0,3% da totalidade do território mongol, 4.704km² de 1.565.000km² totais.

²⁰ Os distritos de *ger* são áreas periféricas das cidades na Mongólia, predominantemente habitadas por migrantes vindos de regiões rurais. Caracterizam-se pela presença das tradicionais habitações nômades chamadas *ger*

Gaudemar (1977) nos alerta para o papel do Estado e das políticas econômicas na imposição dessa mobilidade, que, nos países periféricos, frequentemente assume a forma de despossessão e exploração, reforçando desigualdades estruturais e perpetuando a dependência econômica em relação ao centro capitalista global.

Segundo o estudo de Tugjamba e Walkerden (2021), que explora como a abordagem de "serviços ecossistêmicos" pode ser integrada às práticas tradicionais de pastoreio na Mongólia, trazendo à tona desafios e oportunidades para a gestão local de terras. A perspectiva de uma política integrada considera as práticas de pastoreio móvel como estratégia central para a gestão sustentável das terras. Movimentos sazonais possibilitam a adaptação a variações climáticas e ecológicas, promovendo o uso racional das pastagens e recursos hídricos, um aspecto central na cultura pastoral nômade mongol. Nesse contexto, os autores defendem o fortalecimento das comunidades locais e o uso de seus conhecimentos para moldar as políticas de uso da terra, políticas que podem não apenas melhorar a gestão ambiental, mas também fortalecer a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas e socioeconômicas, integrando as comunidades tradicionais semi-nômades na tomada de decisões.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explorar a complexa interseção entre mineração, nomadismo e mobilidade do trabalho na Mongólia, destacando como essas dinâmicas têm sido moldadas e transformadas por diferentes contextos políticos e econômicos ao longo da história. O nomadismo pastoral, elemento central da identidade cultural mongol, mostrou-se resiliente, mas profundamente impactado pelas forças do capital global, que priorizam o lucro em detrimento da preservação ambiental e cultural.

A análise revelou que, enquanto o período socialista ofereceu um modelo de organização centralizado que proporcionava certa segurança e infraestrutura às comunidades semi-nômades, a transição para uma economia de mercado rompeu com essas estruturas, resultando em desigualdades crescentes, degradação ambiental e a marginalização de populações tradicionalmente dependentes da terra (FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, 1999). A mineração, elemento chave dessa

transformação, ampliou a dependência econômica do país ao setor extrativo, comprometendo a sustentabilidade das vastas estepes que são base de subsistência para muitas famílias que representavam uma parcela muito representativa da histórica identidade cultural mongol (AMARTUVSHIN *et al.*, 2021, BAATARZORIG *et al.*, 2018). As dinâmicas de mobilidade do trabalho, analisadas à luz da teoria de Gaudemar (1977), mostram que os fluxos migratórios na Mongólia não representam progresso, mas sim um reflexo das pressões impostas pelo capitalismo global e pela ausência de políticas públicas que priorizem o bem-estar da população. A migração em massa para Ulaanbaatar, por exemplo, evidencia como o desmantelamento de redes de segurança social e a concentração de oportunidades econômicas nos grandes centros urbanos aprofundaram as disparidades entre as áreas rurais e urbanas (SOLONGO, 2017, SANTOS 2001, 2004). Essa dinâmica, impõe sobre uma população historicamente resiliente que baseava seu estilo de vida e subsistência em migrações sazonais respeitando as estepes, os forçando a realizar, amargamente, uma migração última, dessa vez para as periferias marginalizadas e precarizadas da capital, principalmente, em busca de uma vida minimamente digna.

Propõe-se, como forma de mitigação, o fortalecimento de políticas públicas que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a inclusão social (TUGJAMBA e WALKERDEN, 2021). Isso inclui a criação de regulamentações mais rigorosas para o setor minerador, o fomento a práticas sustentáveis de uso do solo e o investimento em infraestrutura e serviços nas áreas rurais. Além disso, é essencial repensar o modelo de governança para garantir que os recursos naturais do país beneficiem amplamente a população, e não apenas uma elite econômica ou corporações multinacionais. Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a compreensão sobre os impactos sociais e ambientais da mineração na Mongólia, especialmente no que tange à preservação do nomadismo e ao fortalecimento das comunidades locais. Este trabalho busca ser uma contribuição inicial para a reflexão sobre como as políticas públicas podem atuar para reequilibrar as contradições entre progresso econômico e sustentabilidade social e ambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento mais justo e humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABALAKOV, A. D.; BAZAROVA, N. B. *Assessment of the technogenic impact of the mining industry on the environment of the economic corridors "China-Mongolia-Russia" of the territory of Mongolia and the Baikal region*. IOP Conference Series: Earth and Environmental Science, v. 190, p. 1–12, 2018. DOI: 10.1088/1755-1315/190/1/012021.

ALLSEN, T. T. *Culture and Conquest in Mongol Eurasia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

AMARTUVSHIN, A. CHEN, J. JOHN, R. ZHANG, Y. LKHAGVAA, D. *How does mining policy affect rural migration of Mongolia?* In: *Land Use Policy*, vol. 107, 2021.

BAATARZORIG, T.; GALINDEV, R.; MAISONNAVE, H. *Effects of ups and downs of the Mongolian mining sector*. Environment and Development Economics, v. 23, p. 527–542, 2018.

BOM (Bank of Mongolia). *Statistical report on the Windfall Tax impact*. The Bank of Mongolia. Disponível em: <https://www.mongolbank.mn>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BAUER, A.; GALINDEV, R.; LKHAGVAJAV, M.; MIHALYI, D.; TUVAAN, N. *Fiscal Sustainability in Mongolia*. Natural Resource Governance Institute: Ulaanbaatar, 2017. Disponível em: <https://resourcegovernance.org/sites/default/files/documents/fiscal-sustainability-in-mongolia.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BOLD, B. O. *Socio-Economic Segmentation: Khot Ail in Nomadic Livestock Keeping of Mongolia*. Nomadic Peoples 39: 69-86. 1996.

BUTLER, W. E., ed. *The Mongolian Legal System: Contemporary Legislation and Documentation*. BRILL, 1982.

CIA. *The World Factbook 2024*. Washington, DC: Central Intelligence Agency, 2024.

COLLIER, P.; GODERIS, B. *Commodity Prices, Growth, and the Natural Resource Curse: Reconciling A Conundrum*. MPRA Paper No. 17315, Germany: University Library of Munich, 2007.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. *Booming sector and de-industrialization in a small open economy*. Economic Journal, v. 92, p. 825–848, 1982.

EMC LLC. *Report on Erdenet production statistics*. Erdenet Mining Corporation LLC, 2020.

EVEN, M. *On Religion in Mongolia and its post-Communist Revival*. In: BIRTALAN, Ágnes (Ed.). Mongolian Studies in Europe: Proceedings of the conference held on November 24–25, 2008 in Budapest. Budapest: Eötvös Loránd University, Department of Inner Asian Studies, 2010. p. 39–48.

FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, M. E. *Sustaining the Steppes: A Geographical History of Pastoral Land Use in Mongolia*. *Geographical Review*, v. 89, n. 3, p. 315-342, 1999.

FINKELMAN, R. B.; OREM, W.; CASTRANOVA, V.; TATU, C. A.; BELKIN, H. E.; ZHENG, B.; LERCH, H. E.; MAHARAJ, S. V.; BATES, A. L. *Health impacts of coal and coal use: possible solutions*. *International Journal of Coal Geology*, v. 50, p. 425–443, 2002.

GAUDEMAR, J. P de. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GENG, H. Q.; CHEN, F.; LIU, J.; AN, X. H.; CAI, B. B. *Analysis on development model of China's coal-rich regions: taking Xilinguole League as an example*. *Areal Research and Development*, v. 29, n. 4, p. 32–37, 2010.

GOM (Government of Mongolia). *Action plan of the government of Mongolia for 2008–2012*. Parliament of Mongolia, Order No. 35, 2008.

GREGORY, R. Some implications of the growth of the mineral sector. *The Australian Journal of Agricultural Economics*, v. 20, p. 71–91, 1976.

HARVEY, D. *The Limits to Capital*. London: Verso, 1982.

HUMPHREY, C.; SNEATH, D. *Culture and Environment in Inner Asia. Vol. 1, The Pastoral Economy and the Environment*. Cambridge, England: White Horse Press, 1996.

IMF (International Monetary Fund). *Article IV Consultation and Request for an Extended Arrangement under the Extended Fund Facility. IMF Country Report No 17/140, 2017*. Disponível em: <https://www.imf.org/~/media/Files/Publications/CR/2017/cr17140.ashx>. Acesso em: 2 jan. 2025.

JAGCHID, S., and HYER, P. *Mongolia's Culture and Society*. Boulder, Colo.: Westview Press. 1979.

LI, Y. F.; LIU, Y. H.; DU, Z. P.; CHEN, J. *Effect of coal resources development and compensation for damage to cultivated land in mining areas*. *Mining Science and Technology (China)*, v. 19, n. 5, p. 620–625, 2009.

- LIU, Z. *Evaluation on groundwater environmental impact caused by coal mining*. *Ground Water*, v. 34, n. 6, p. 96–98, 2012.
- LKHANAAJAV, E. *Mongolia's resources boom: CGE analysis*. PhD thesis. Center of Policy Studies, College of Business, Victoria University, Australia, 2017.
- LU, X.; HU, Z. Q.; LIU, W. J.; HUANG, X. Y. Vegetation growth monitoring under coal exploitation stress by remote sensing in the Bulianta coal mining area. *Journal of China University of Mining and Technology*, v. 17, n. 4, p. 479–483, 2007.
- MARTINS, J. de S. *O vôo das andorinhas*. In: *Não há terra para plantar neste verão*, Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 43-61.
- MEARNS, R. *Community, collective action and common grazing: The case of post-socialist Mongolia*. *The Journal of Development Studies*, v. 32, n. 3, p. 297-339, 1996a.
- MEARNS, R. *Pastoral Institutions, Land Tenure and Land Policy Reform in Post-Socialist Mongolia*. PALD Research Report No. 3. Brighton, England: University of Sussex, Institute of Development Studies, Policy Alternatives for Livestock Development in Mongolia. 1996b.
- MMJ. *Statistical analysis of mining investments*. Mongolian Mining Journal, 2015.
- MORAN, T. H. *Avoiding the “Resource Curse” in Mongolia*. Policy Brief: PB-13–18. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2013.
- NDA. *Mining economic contributions*. National Development Agency Report, 2019.
- ONU. *World Population Prospects*. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 5 jan. 2025.
- OT LLC. *Oyu Tolgoi mine: annual report*. 2018.
- PALD [Policy Alternatives for Livestock Development in Mongolia]. *Improved Livestock Feed Production, Management and Use in Mongolia: Socio-Economic Potentials and Constraints*. Report of a Survey Undertaken for the Asian Development Bank. Brighton, England: University of Sussex, 1993.
- PARK, H.; TIAN, L.; GROISMAN, P.; et al. *Prospects for urban sustainability in Mongolia: case studies of Erdenet and Darkhan*. *Land Use Policy*, v. 35, p. 141–165, 2017.
- POTKANSKI, T.; SZYNKIEWICZ, S. *The Social Context of Liberalization of the Mongolian Pastoral Economy*. PALD Research Report No. 4. Brighton, England: University of Sussex, Institute of Development Studies, 1993.

QIAO, Q. B. *The countermeasure analysis and the influence of coal exploitation to water environment*. Heilongjiang Science and Technology of Water Conservancy, v. 41, n. 1, p. 8–9, 2013.

RAVENSTEIN, E. G. [1885] *As leis das migrações*. Trad. Hélio A. Moura. In: MOURA, Hélio A. (org.) *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, p.25-88, 1980.

REEVES, J. *Migration and urban planning: case studies in post-socialist Mongolia*. Journal of Urban Studies, v. 28, p. 85–110, 2011a.

REEVES, J. *Urban migration dynamics in Mongolia: the role of Ulaanbaatar*. Asian Geographical Review, v. 35, p. 132–157, 2011b.

REEVES, J. *Resources, sovereignty, and governance: can Mongolia avoid the “resource curse”?* Asian Journal of Political Science, v. 19, n. 2, p. 170–185, 2011c.

ROSENBERG, D. M. *Political Leadership in a Mongolian Nomadic Pastoralist Collective*. Ph.D. diss.. University of Minnesota. 1977.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2001.

SEA. *Environmental degradation from mining in Mongolia*. Sustainability East Asia, Sustainability Report, 2014.

SINGER, P. I. *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*, In: *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1975.

SOLONGO, A. *Relationship between rural and urban migration and dzud disaster impact*. Mongolian Journal of Population, v. 27, p. 78-82, 2017.

SORRE, M. *Les fondements biologiques de la géographie humaine*. Ecologie politique, v. 26, n. 3, p. 189-199, 2002.

SORRE, M. *Migrações e mobilidade do ecumônico*. In: MEGALE, F. J. (org.) *Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

STEINER-KHAMSI, G; STOLPE, I. *Non-Traveling ‘Best Practices’ for a Traveling Population: The Case of Nomadic Education in Mongolia*. European Educational Research Journal, v. 4, n. 1, p. 22-32, 2005.

SWIFT, J. *Community, Collective Action and Common Grazing: The Case of Post-Socialist Mongolia*. Journal of Development Studies, v. 32, n. 3, p. 297-339, 1995.

SZYNKIEWICZ, S. *Settlement and Community among the Mongolian Nomads*. East Asian Civilizations 1 (1): 10-44. 1982.

TUGJAMBA, N.; WALKERDEN, G. *Traditional and modern ecosystem services thinking in nomadic Mongolia: Framing differences, common concerns, and ways forward*. Ecosystem Services, [s.l.], v. 51, p. 101360, 2021. DOI: 10.1016/j.ecoser.2021.101360. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2021.101360>. Acesso em: 5 jan. 2025.

VLADIMIRTSOV, B. I. *Le Régime social des Mongols: Le Féodalisme nomade*. Translated by M. Carsow. Paris: Adrien-Maisonneuve. 1948.

YU, S. L.; WANG, Y. Z. *Mineral resources description and development status in Xilinguole League*. Western Resources, v. 21, n. 6, p. 51–52, 2007.